



PREFEITURA DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

010. PROVA OBJETIVA

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

Queda de renda é alarmante

O mercado de trabalho brasileiro começa a superar alguns dos principais impactos da pandemia. A taxa de desemprego medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficou em 11,2% no trimestre móvel de novembro a janeiro, menor do que a registrada dois anos antes, isto é, no período imediatamente anterior ao início da pandemia. Mas a queda expressiva de 9,7% no rendimento real habitual em um ano mostra que problemas novos desafiam aqueles que conseguiram manter uma ocupação remunerada.

A recuperação do emprego tem mostrado consistência pelo menos desde o segundo semestre do ano passado, e as expectativas para os próximos meses são de continuidade dessa tendência. Não parece improvável que os números do fim do ano sejam melhores do que os atuais. Mas a recuperação tem sido lenta, razão pela qual persistem alguns números absolutos que preocupam. E a melhora ocorre num período em que a inflação subiu acentuadamente e se mantém em níveis muito altos.

Em meio a dados animadores, como o do aumento expressivo do pessoal ocupado (95,4 milhões de trabalhadores, 8,2 milhões mais do que um ano antes), há alguns que mostram aspectos preocupantes do mercado de trabalho. Embora a taxa de desocupação na mais recente Pnad Contínua (11,2%) seja muito inferior ao recorde do período da pandemia, de 14,9% registrado no trimestre móvel de julho a setembro de 2020, é muito maior do que o melhor resultado de toda a pesquisa do IBGE iniciada em 2012 (6,5% no trimestre de novembro de 2013 a janeiro de 2014).

Em números absolutos, isso significa que, embora o desemprego venha diminuindo, ainda há 12 milhões de trabalhadores sem ocupação. Esse é um dado que não deixa dúvidas sobre a dimensão do drama do desemprego no País. Mas o número de desocupados é parte de um conjunto maior, o de trabalhadores subutilizados, que formam o contingente também chamado de mão de obra desperdiçada. Entre desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e trabalhadores que formam a força de trabalho potencial (pessoas que não estão em busca de trabalho, mas estão disponíveis para trabalhar), são 27,8 milhões de pessoas. Como outros indicadores negativos das condições do mercado de trabalho, também este vem diminuindo nos últimos meses, mas, dada a lentidão da redução, mantém-se em níveis historicamente muito altos.

(<https://opinio.estado.com.br>, 20.03.2022. Adaptado)

01. As informações do texto revelam que o cenário do desemprego no Brasil

- (A) alcançou níveis satisfatórios, mas o contingente de ocupados e a renda destes impedem a criação de novos postos de trabalho.
- (B) vem piorando ao longo dos anos, mas a pandemia e a força de trabalho potencial estão revertendo paulatinamente essa situação.
- (C) continua a ser auspicioso, mas a inflação e a pandemia podem comprometer as conquistas dos últimos anos, revertendo esse quadro.
- (D) vem melhorando, mas a lentidão na recuperação do emprego e a mão de obra desperdiçada são questões importantes a serem contornadas.
- (E) é o pior desde 2012, mas a taxa de desocupação e a renda do trabalhador tendem a melhorar em 2022, graças à melhora da economia.

02. Assinale a alternativa em que o termo destacado é empregado em sentido figurado.

- (A) O mercado de **trabalho** brasileiro começa a superar alguns dos principais impactos...
- (B) A recuperação do emprego tem mostrado consistência pelo menos desde o segundo **semestre**...
- (C) ... a **recuperação** tem sido lenta, razão pela qual persistem alguns números absolutos...
- (D) Esse é um dado que não deixa dúvidas sobre a dimensão do **drama** do desemprego no País.
- (E) ... pessoas que não estão em **busca** de trabalho, mas estão disponíveis para trabalhar...

03. No segundo parágrafo, a expressão “continuidade dessa tendência” diz respeito à

- (A) manutenção da ocupação remunerada.
- (B) consistência na recuperação do emprego.
- (C) superação dos impactos da economia.
- (D) diminuição do rendimento real.
- (E) constatação de novos desafios à economia.

04. Considere as passagens do texto.

- ... no período **imediatamente** anterior ao início da pandemia. (1º parágrafo)
- ... a inflação subiu **acentuadamente** e se mantém em níveis muito altos. (2º parágrafo)
- ... mantém-se em níveis **historicamente** muito altos. (4º parágrafo)

Os termos destacados estabelecem nos enunciados em que estão empregados, correta e respectivamente, relações de sentido de

- (A) modo; intensidade; afirmação.
- (B) modo; afirmação; tempo.
- (C) lugar; modo; lugar.
- (D) tempo; afirmação; lugar.
- (E) tempo; intensidade; modo.

05. Assinale a alternativa em que a conjunção destacada estabelece uma relação de comparação entre as orações.

- (A) Mas a queda expressiva de 9,7% no rendimento real habitual em um ano mostra **que** problemas novos desafiam aqueles que conseguiram manter uma ocupação remunerada.
- (B) **Mas** a recuperação tem sido lenta, razão pela qual persistem alguns números absolutos que preocupam.
- (C) E a melhora ocorre num período em que a inflação subiu acentuadamente **e** se mantém em níveis muito altos.
- (D) Em números absolutos, isso significa que, **embora** o desemprego venha diminuindo, ainda há 12 milhões de trabalhadores sem ocupação.
- (E) **Como** outros indicadores negativos das condições do mercado de trabalho, também este vem diminuindo nos últimos meses...

06. Assinale a alternativa em que o enunciado está em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- (A) A mão de obra desperdiçada corresponde a 27,8 milhões de pessoas, dentre as quais estão 12 milhões de trabalhadores sem ocupação.
- (B) A recuperação tem sido lenta, razão pela qual ainda exista alguns números absolutos que preocupam no contexto atual.
- (C) Há dados bastante animadores, pois há um ano haviam 8,2 milhões de trabalhadores a menos do total de 95,4 milhões hoje contabilizado.
- (D) A ocupação e a renda maior seria um cenário auspicioso para os trabalhadores, dos quais hoje 12 milhões vive sem atividade laboral.
- (E) Os percentuais recentes da Pnad Contínua são inferior ao recorde do período da pandemia, mas ainda maior do que os anteriores.

07. Leia a tira.



(Mort Walker, "Recruta Zero". Em: <https://cultura.estadao.com.br>, 17.03.2022)

O efeito de humor da tira decorre de

- (A) um medo.
- (B) uma omissão.
- (C) um equívoco.
- (D) uma brincadeira.
- (E) uma insubordinação.

Leia o texto para responder às questões de números **08 a 10**.

Uma galinha

Era uma galinha de domingo. Ainda vivia porque não passava de nove horas da manhã.

Parecia calma. Desde sábado encolhera-se num canto da cozinha. Não olhava para ninguém, ninguém olhava para ela. Mesmo quando a escolheram, apalpando sua intimidade com indiferença, não souberam dizer se era gorda ou magra. Nunca se adivinharia nela um anseio.

Foi pois uma surpresa quando a viram abrir as asas de curto voo, inchar o peito e, em dois ou três lances, alcançar a murada do terraço. Um instante ainda vacilou – o tempo da cozinheira dar um grito – e em breve estava no terraço do vizinho, de onde, em outro voo desajeitado, alcançou um telhado. Lá ficou em adorno deslocado, hesitando ora num, ora noutro pé. A família foi chamada com urgência e consternada viu o almoço junto de uma chaminé. O dono da casa, lembrando-se da dupla necessidade de fazer esporadicamente algum esporte e de almoçar, vestiu rapidamente um calção de banho e resolveu seguir o itinerário da galinha: em pulos cautelosos alcançou o telhado onde esta, hesitante e trêmula, escolhia com urgência outro rumo. A perseguição tornou-se mais intensa. De telhado a telhado foi percorrido mais de um quarteirão de rua. Pouco afeita a uma luta mais selvagem pela vida, a galinha tinha que decidir por si mesma os caminhos a tomar, sem nenhum auxílio de sua raça. O rapaz, porém, era um caçador adormecido. E por mais ínfima que fosse a presa o grito de conquista havia soado.

Afinal, numa das vezes em que parou para gozar sua fuga, o rapaz alcançou-a. Entre gritos e penas, ela foi presa. Em seguida carregada em triunfo por uma asa através das telhas e pousada no chão da cozinha com certa violência. Ainda tonta, sacudiu-se um pouco, em cacarejos roucos e indecisos.

(Clarice Lispector, *Laços de Família*. Adaptado)

08. As informações do texto permitem concluir corretamente que a galinha

- (A) era considerada um animal de estimação, por isso o dono da casa foi buscá-la.
- (B) estava destinada a ser o prato de domingo, e sua fuga surpreendeu a família.
- (C) incomodava os vizinhos quando fugia, normalmente apavorada com a cozinheira.
- (D) simbolizava o infortúnio do dono da casa, incapaz de caçá-la quando fugiu.
- (E) vivia desprezada pela família que, um dia, intencionava alimentar-se dela.

09. Considere as passagens do terceiro parágrafo do texto:

- A família foi chamada com urgência e **consternada**...
- ... lembrando-se da dupla necessidade de fazer **esporadicamente** algum esporte...
- Pouco **afeita** a uma luta mais selvagem pela vida...
- E por mais **ínfima** que fosse a presa...

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) desolada; casualmente; habituada; de pequeno tamanho.
- (B) animada; obrigatoriamente; interessada; de leve peso.
- (C) comovida; raramente; empoderada; de relevante papel.
- (D) entristecida; frequentemente; adaptada; de pouca importância.
- (E) contrariada; publicamente; preparada; de expressiva deferência.

10. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal e de pontuação.

- (A) Se encolhera, a galinha, num canto da cozinha e não olhava para ninguém e ninguém para ela.
- (B) Quando escolheram-na, apalparam sua intimidade, e não souberam dizer se era gorda ou magra.
- (C) A galinha escolhia com urgência outro rumo, e a perseguição agora se tornou mais intensa.
- (D) O dono da casa, lembrou-se da dupla necessidade de fazer algum esporte e de almoçar.
- (E) O rapaz perseguiu a galinha e tendo alcançado-a, carregou-a por uma asa em triunfo.

11. A quantidade de vendas realizadas no mês de março, em um estabelecimento, foi 15% maior, quando comparado à quantidade de vendas realizadas no mês imediatamente anterior. Se em março foram realizadas 368 vendas, então, em fevereiro, a quantidade de vendas realizadas foi
- (A) 312.
 - (B) 314.
 - (C) 316.
 - (D) 318.
 - (E) 320.
12. Duas cordas, uma com 180 m de comprimento e outra com 240 m, precisam ser divididas em pedaços, todos com o mesmo comprimento. Se esse comprimento tem que ser o maior possível, e nenhum pedaço de corda poderá sobrar, então o número total de pedaços de corda que serão obtidos é igual a
- (A) 10.
 - (B) 9.
 - (C) 8.
 - (D) 7.
 - (E) 6.
13. Três alarmes sonoros distintos foram programados para tocarem a cada intervalo constante de tempo. Um deles foi programado para tocar a cada 6 horas; o outro, a cada 5 horas; e o terceiro, para tocar a cada 4 horas. Às 8 horas de determinada segunda-feira, os três alarmes tocaram juntos. A vez imediatamente posterior em que esses três alarmes tocaram em um mesmo horário foi às
- (A) 22 horas da terça-feira seguinte.
 - (B) 13 horas da quarta-feira seguinte.
 - (C) 20 horas da quarta-feira seguinte.
 - (D) 6 horas da quinta-feira seguinte.
 - (E) 14 horas da quinta-feira seguinte.
14. Uma região plana foi delimitada por circunferência cujo comprimento era de, aproximadamente, 157 m. A alternativa que mais se aproxima da área dessa região demarcada é:
- (A) 1 920 m².
 - (B) 1 930 m².
 - (C) 1 940 m².
 - (D) 1 950 m².
 - (E) 1 960 m².

15. Três impressoras iguais, trabalhando ao mesmo tempo, com capacidade máxima de impressão, realizam uma tarefa em exatamente 4 horas e 20 minutos. Para realizar a mesma tarefa com apenas duas dessas impressoras, nas mesmas condições de trabalho, o tempo necessário aumentará em
- (A) 1 hora e 17 minutos.
 - (B) 1 hora e 45 minutos.
 - (C) 2 horas e 10 minutos.
 - (D) 2 horas e 50 minutos.
 - (E) 3 horas e 05 minutos.
16. Uma empresa tem em sua frota um total de 71 veículos, somente das marcas A e B. Sabendo-se que a quantidade de veículos da marca A supera em 9 unidades a quantidade de veículos da marca B, pode-se afirmar que a quantidade de veículos da marca B corresponde, da quantidade de veículos da marca A, a
- (A) 75,5%
 - (B) 77,5%
 - (C) 79,5%
 - (D) 81,5%
 - (E) 83,5%
17. A média aritmética simples dos salários de 3 pessoas é de R\$ 4.100,00. Tirando-se o menor desses salários, a média aritmética simples dos demais salários passa a ser de R\$ 4.550,00. O menor desses salários é de
- (A) R\$ 3.100,00.
 - (B) R\$ 3.200,00.
 - (C) R\$ 3.300,00.
 - (D) R\$ 3.400,00.
 - (E) R\$ 3.500,00.
18. A razão entre o número de unidades vendidas e o número de unidades a vender de determinado produto em um comércio é $\frac{7}{4}$. Se antes das vendas havia 165 unidades desse produto em estoque, então há ainda no estoque, para serem vendidas,
- (A) 15 unidades.
 - (B) 30 unidades.
 - (C) 45 unidades.
 - (D) 60 unidades.
 - (E) 75 unidades.

19. Em um grupo de novos analistas de sistema contratados, cada um projetou um aplicativo para determinada demanda, no primeiro mês de um curso de formação. Após essa etapa, cada analista precisou fazer um parecer para cada projeto desenvolvido pelos seus colegas contratados, o que resultou em um total de 342 pareceres. Se nessa contratação um analista a mais tivesse sido contratado, o número total de pareceres seria de

- (A) 360.
- (B) 380.
- (C) 400.
- (D) 420.
- (E) 440.

20. A tabela a seguir apresenta informações sobre o balanço de oferta e demanda de algodão em pluma, no Brasil, divulgada no volume 9 do Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, publicado em março de 2022 pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

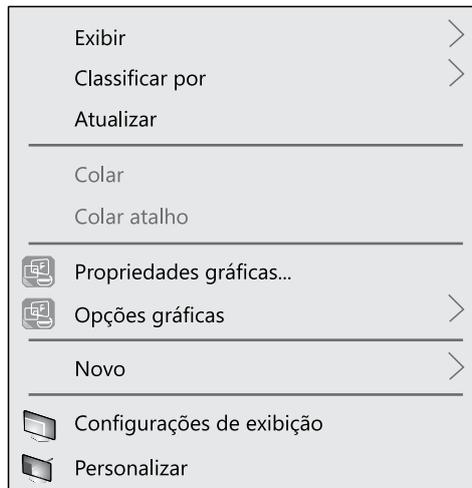
BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA – ALGODÃO EM PLUMA
(EM MIL TONELADAS)

	Safra 2018/19	Safra 2019/20	Safra 2020/21
Estoque inicial	1020,9	1487,7	1764,9
Produção	2778,8	x	2355,7
Importação	1,7	1,0	1,0
Consumo interno	700,0	600,0	y
Exportação	1613,7	2125,4	2016,0
Estoque final	1487,7	1764,9	1385,6

A diferença entre a produção de algodão em pluma ocorrida na safra 2019/20 e o consumo interno de algodão em pluma ocorrido na safra 2020/2021 é de

- (A) 2281,6 mil toneladas.
- (B) 2347,6 mil toneladas.
- (C) 2498,5 mil toneladas.
- (D) 2579,5 mil toneladas.
- (E) 2630,4 mil toneladas.

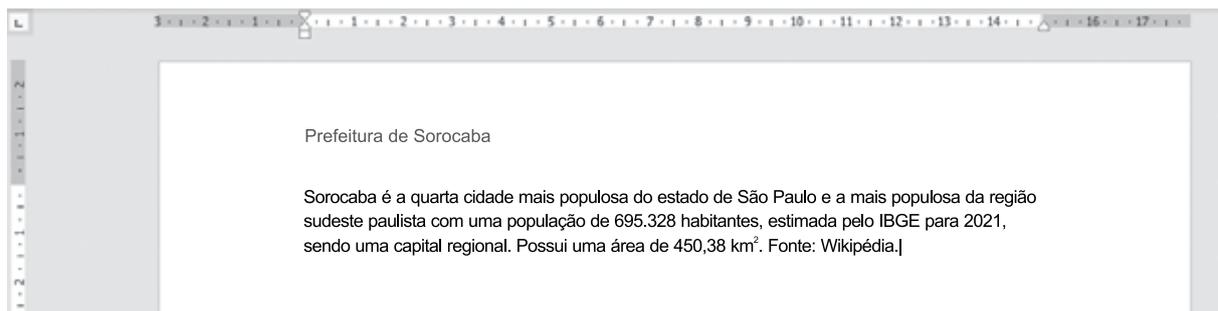
21. Usando o Microsoft Windows 10, em sua configuração original, um usuário clicou com o botão invertido do mouse em um espaço livre da Área de Trabalho e as seguintes opções foram exibidas:



Considerando que o usuário dispõe de todas as permissões no computador, assinale a alternativa que indica a operação que foi realizada antes de exibir a imagem anterior, para que a opção Colar apareça como desabilitada.

- (A) Selecionar um arquivo e pressionar CTRL+C.
- (B) Selecionar uma pasta e pressionar CTRL+C.
- (C) Selecionar um arquivo e pressionar CTRL+X.
- (D) Selecionar um arquivo, pressionar CTRL+X e depois pressionar ESC.
- (E) Selecionar uma pasta e pressionar CTRL+X e depois CTRL+C.

22. Têm-se o seguinte texto sendo editado no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão:



O texto Prefeitura de Sorocaba está acima da marca da margem superior do documento. Isso significa que é

- (A) uma marca de parágrafo.
- (B) uma configuração de hifenização.
- (C) uma quebra de página.
- (D) um espaçamento de linha.
- (E) um cabeçalho.

23. Considere a seguinte planilha criada Microsoft Excel 2016, em sua configuração padrão:

	A
1	-3
2	-4
3	7
4	-3
5	8
6	

Ao inserir na célula A6 a função =SOMA(A1:A5), o resultado será:

- (A) -10
- (B) -3
- (C) -5
- (D) 5
- (E) 15

24. Em uma apresentação com 10 slides, criada no PowerPoint 2016, em sua configuração original, onde nenhum slide está oculto, o slide em exibição é o slide 3, no modo de edição de slides. Se o usuário pressionar _____ para iniciar o Modo de Apresentação, o slide que será exibido é o slide 1. No entanto, ainda partindo da premissa de que está sendo exibido o slide 3 no modo de edição de slides, se o usuário pressionar _____ para iniciar o Modo de Apresentação, o slide que será exibido é o slide 3.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) SHIFT+F5 ... F10
- (B) F5 ... SHIFT+F5
- (C) F5 ... F2
- (D) ALT+F10 ... F5
- (E) SHIFT+F5 ... F2

25. Navegando na Internet usando o Google Chrome 99, em sua configuração padrão, um usuário notou que sua barra de endereço exibiu um alerta, conforme imagem a seguir.



Isso significa que

- (A) uma janela Pop-Up foi bloqueada.
- (B) o site está marcado como favorito.
- (C) o site não contém os elementos de segurança para torná-lo protegido.
- (D) houve uma tentativa de invasão a dados pessoais.
- (E) o computador carregou a página off-line.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Fulano, auditor fiscal, participou de reunião na qual ouviu Beltrano, procurador municipal, afirmar que a “Administração Pública municipal pode ser considerada como o conjunto de órgãos, pessoas jurídicas e agentes municipais que o ordenamento jurídico brasileiro identifica como administração pública”. Fulano, porém, não concorda com essa opinião, pois sempre pensou a Administração Pública como “o conjunto de atividades que costumam ser consideradas próprias da função administrativa, tais como as atividades de intervenção na propriedade privada, fomento, prestação de serviços públicos e o exercício do poder de polícia”. Acerca da polêmica instaurada na reunião, é correto afirmar que
- (A) o procurador municipal está correto, pois o seu pensamento coincide com a noção de Administração Pública em sentido material, sendo essa a única visão compatível com o ordenamento brasileiro.
 - (B) ambos estão corretos, pois estão trabalhando com noções amplamente aceitas de Administração Pública no Direito Administrativo brasileiro, respectivamente, a noção de Administração Pública em sentido subjetivo e de Administração Pública em sentido formal.
 - (C) o procurador municipal está correto, pois o seu pensamento coincide com a noção de Administração Pública em sentido objetivo, sendo essa a única visão compatível com o ordenamento brasileiro.
 - (D) ambos estão corretos, pois estão trabalhando com noções amplamente aceitas de Administração Pública no Direito Administrativo brasileiro, respectivamente, a noção de Administração Pública em sentido subjetivo e de Administração Pública em sentido objetivo.
 - (E) o auditor fiscal está correto, pois o seu pensamento coincide com a noção de Administração Pública em sentido orgânico, sendo essa a única visão compatível com o ordenamento brasileiro.
27. O Prefeito do Município X é proprietário de alguns lotes de terras próximos a uma avenida municipal. Há vários anos, a população do Município solicita a extensão desta avenida para tornar possível o acesso por moradores que habitam em bairro próximo. De modo a atender a essa demanda, o Prefeito solicita ao seu secretário de obras que elabore os projetos necessários demandando que, se não houver custo financeiro adicional, a avenida margeie os lotes de sua propriedade. Com isso, o Prefeito espera obter lucro em razão da possível valorização dos seus lotes, sem provocar qualquer prejuízo aos cofres municipais. Considerando a situação hipotética descrita, é correto afirmar, com base no ordenamento jurídico nacional, que
- (A) a conduta do Prefeito é contrária ao ordenamento jurídico brasileiro por violação do princípio constitucional da moralidade, além de estar contaminada por vício chamado de “excesso de poder”.
 - (B) a conduta do Prefeito é perfeitamente legal, considerando não haver qualquer prejuízo ao erário e se tratar de obra que comprovadamente atende ao interesse público.
 - (C) a conduta do Prefeito é contrária ao ordenamento jurídico brasileiro por violação do princípio constitucional da impessoalidade, além de estar contaminada por vício chamado de “desvio de finalidade”.
 - (D) a conduta do Prefeito poderá ser considerada legal caso ele venda os lotes previamente ao término das obras, considerando não haver qualquer prejuízo ao erário e se tratar de obra que comprovadamente atende ao interesse público.
 - (E) a conduta do Prefeito é contrária ao ordenamento jurídico brasileiro por violação do princípio constitucional da legalidade, além de estar contaminada por vício chamado de “desvio de caráter”.
28. A respeito das semelhanças e das diferenças entre as entidades que compõem a chamada Administração Pública Indireta, é correto afirmar que
- (A) as autarquias e as fundações públicas se distinguem quanto ao fato de que as segundas possuem autonomia patrimonial ao passo que as primeiras gozam apenas de autonomia orçamentária.
 - (B) as autarquias devem obedecer às regras de contabilidade aplicáveis às sociedades comerciais ao passo que as sociedades de economia mista devem seguir as regras de contabilidade aplicáveis às entidades de natureza pública.
 - (C) as empresas públicas são resultado da personalização de um patrimônio como universalidade de direito, devendo a sua criação ser precedida de nomeação de conselho curador, ao contrário das fundações públicas, cuja criação depende de autorização legislativa.
 - (D) as organizações sociais gozam de autonomia financeira, mas obedecem ao regime estatutário de contratação de pessoal, ao passo que as autarquias não dispõem de autonomia financeira, mas adotam o regime celetista de contratação de pessoal.
 - (E) as empresas públicas podem ser constituídas sob qualquer forma jurídico-societária admitida em direito, ao passo que as sociedades de economia mista devem ser constituídas sob a forma de sociedades anônimas.

29. Maria das Couves, usuária do sistema de transporte coletivo de passageiros no Município X, sofreu lesão no rosto após súbita freada do ônibus no qual viajava de pé, embora houvesse assentos livres à sua disposição. Em decorrência da lesão, Maria ficou afastada do trabalho por 30 (trinta) dias e, ao retornar, acabou perdendo o emprego. Após apuração interna, identificou-se que, naquele momento, o ônibus estava fora do seu trajeto autorizado pela concessionária do serviço público de transporte, pois o motorista havia, como de costume, realizado um desvio de rota de maneira a conseguir pegar a sua filha na saída da escola. A escola localiza-se a apenas um quarteirão de distância do trajeto autorizado pela concessionária e apurou-se que o desvio era de conhecimento dos fiscais da Prefeitura a quem cabia o dever de fiscalização da concessão. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação nacional:
- (A) por ter havido dolo do motorista, ao desviar da rota autorizada, não é possível a responsabilização da concessionária do sistema de ônibus, mas apenas do próprio motorista, a quem caberá arcar com os prejuízos causados à usuária.
 - (B) a responsabilidade por danos causados à usuária neste caso poderá vir a ser compartilhada pela concessionária e pela Prefeitura, sem prejuízo do direito de regresso contra o motorista e os fiscais de contrato, em razão do elemento subjetivo das respectivas condutas.
 - (C) os lucros cessantes decorrentes da perda de emprego por parte da usuária não integrarão eventual indenização devida pelos possíveis responsáveis pelo acidente, uma vez que se deve à decisão de um terceiro (empregador).
 - (D) a indenização eventualmente devida à usuária não alcançará eventuais danos estéticos, por expressa exclusão desta hipótese no texto constitucional, ao tratar dos limites da responsabilidade civil do Estado.
 - (E) a concessão do serviço público a uma entidade constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado exclui a possibilidade de responsabilização da Prefeitura por eventuais danos emergentes, mas não pelos lucros cessantes eventualmente decorrentes de acidentes.
30. Assinale a alternativa que apresenta corretamente ato administrativo passível de convalidação.
- (A) Ato praticado em hipótese de usurpação de função.
 - (B) Ato do qual resulte lesão ao interesse público.
 - (C) Ato praticado por servidor público incompetente.
 - (D) Ato do qual resulte prejuízo a terceiros.
 - (E) Ato eivado por vícios insanáveis.
31. A respeito do regime jurídico constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar que
- (A) é vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
 - (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer por lei a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
 - (C) os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, facultado o acréscimo de gratificação de gabinete.
 - (D) é permitida a percepção simultânea de proventos de aposentadoria pelo regime próprio de previdência dos servidores públicos com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, exceto quanto aos cargos acumuláveis na forma da Constituição.
 - (E) serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios previstos na Constituição ("teto remuneratório constitucional"), as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.
- DIREITO CONSTITUCIONAL**
32. Assinale a alternativa que relaciona corretamente o tipo de Constituição à sua explicação.
- (A) Constituição formal: é aquela que apresenta apenas matérias de cunho constitucional.
 - (B) Constituição escrita: é resultado dos costumes da sociedade, não se materializando em documento formal, tal como a constituição da Inglaterra.
 - (C) Constituição dogmática: é a constituição resultante de um trabalho legislativo específico, refletindo as ideias e conceitos de um momento específico da sociedade.
 - (D) Constituição promulgada: é a constituição imposta pelos governantes, sem prévia discussão com os representantes do povo.
 - (E) Constituição cesarista: é a constituição de reduzida extensão, concisa, a exemplo da constituição dos Estados Unidos da América de 1787.
33. A respeito da autonomia dos municípios na ordem constitucional brasileira, é correto afirmar que
- (A) a sua autonomia envolve a liberdade de criar, por lei própria, tribunais de contas municipais.
 - (B) o Município reger-se-á por constituição municipal, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de 30 (trinta) dias.
 - (C) cabe aos municípios o poder de livremente criar, organizar e suprimir distritos.
 - (D) a fiscalização dos municípios será exercida pelo Poder Legislativo Estadual, mediante controle externo.
 - (E) os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal.

34. São fundamentos da República Federativa do Brasil:
- (A) o pluralismo político.
 - (B) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
 - (C) defesa da paz.
 - (D) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
 - (E) independência nacional.
35. Pertencem aos municípios, segundo a Constituição Federal de 1988:
- (A) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência para criação de impostos não previstos originalmente na Constituição.
 - (B) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (C) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (D) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento do Fundo de Participação dos Municípios.
 - (E) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, retido por fontes pagadoras situadas em seus territórios.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36. O relacionamento entre os diferentes entes da Federação em matéria de competências tributárias é tratado pela Constituição Federal, assim como pelo Código Tributário Nacional. A esse respeito, é correto afirmar com base na legislação e jurisprudência nacionais, que
- (A) a Constituição estadual pode estabelecer limite para o aumento de tributos municipais.
 - (B) cabe à lei ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (C) a importância de crédito tributário não pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos de exigência, por mais de um ente da Federação, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.
 - (D) a proibição à concessão de isenção heterônoma não se aplica à União Federal quando atua na condição de República Federativa do Brasil, na ordem externa.
 - (E) é inconstitucional o estabelecimento pelo Senado Federal das alíquotas máximas do imposto estadual sobre transmissão causa mortis e doações.

37. Os tributos são categoria de receita pública sujeita a regras específicas para sua cobrança. A respeito das taxas, é correto afirmar, com base na legislação tributária e jurisprudência nacionais, que
- (A) é inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que não haja integral identidade entre uma base e outra.
 - (B) a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo provenientes de imóveis viola a Constituição Federal de 1988.
 - (C) não viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.
 - (D) o serviço de iluminação pública deve ser remunerado mediante taxa decorrente da prestação de serviço público indivisível.
 - (E) a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola a Constituição Federal de 1988.
38. É correto afirmar a respeito do cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nas operações de compra e venda, segundo a legislação tributária e jurisprudência nacionais, que:
- (A) o valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor venal, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de execução fiscal.
 - (B) a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que sequer pode ser utilizada como piso de tributação.
 - (C) o município pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente, a partir de prévias pesquisas mercadológicas por ele realizadas.
 - (D) a base de cálculo do ITBI coincide com a base de cálculo do IPTU, a qual tem por referência planta genérica de valores apresentada pelo Poder Executivo para votação e deliberação pelo Poder Legislativo municipal.
 - (E) o ITBI é imposto que comporta lançamento de ofício como regra geral, devendo ter como parâmetro as características médias do mercado imobiliário local, desconsideradas as características específicas do imóvel negociado, tais como benfeitorias e outras especificidades.

39. A respeito dos impostos municipais sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e sobre a transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos, é correto afirmar que
- (A) é constitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.
 - (B) é facultado ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
 - (C) é inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o ITBI com base no valor venal do imóvel.
 - (D) o IPTU incide sobre templos de qualquer culto quando as entidades religiosas abrangidas pela imunidade sejam apenas locatárias e não proprietárias do bem imóvel.
 - (E) o ITBI incide inclusive nas transmissões por ato gratuito, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis.
40. Com base nas regras vigentes no país sobre o domicílio tributário, é correto afirmar que
- (A) a ausência de residência conhecida do contribuinte permite fixar o seu domicílio em qualquer local da conveniência da Administração Tributária.
 - (B) no caso de serviços prestados por meio de pessoa jurídica, o domicílio tributário será a sede da sociedade, ainda que a eleição da sede possa causar dificuldades à fiscalização.
 - (C) ainda que se comprove posteriormente a existência de domicílio tributário de eleição do contribuinte, a lei determina que o domicílio para fins tributários será o centro habitual de sua atividade.
 - (D) quando não houver domicílio de eleição e nem for possível a aplicação das regras gerais previstas no Código Tributário Nacional para definição do domicílio tributário, considerar-se-á como este como o lugar da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
 - (E) independentemente da sede da sociedade, o domicílio tributário no caso de imposto incidente sobre serviços será sempre o do local do estabelecimento prestador dos serviços.
41. A empresa varejista ABC Comércio Ltda. realizou a compra e venda de mercadorias sujeitas ao pagamento do imposto estadual sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional, que
- (A) o crédito tributário surge com a ocorrência do fato gerador, no caso, a venda e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
 - (B) o fato gerador do crédito tributário é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, no caso a circulação das mercadorias decorrente da compra e venda.
 - (C) o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta sendo lançado, porém, no caso do ICMS, por homologação, expressa ou tácita, da autoridade administrativa.
 - (D) o crédito tributário decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
 - (E) a empresa deve aguardar o lançamento do crédito tributário pela autoridade administrativa para liquidação da obrigação tributária principal.
42. É correto afirmar sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, com base na Lei Complementar nº 123:
- (A) a opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte é irrevogável para todo o ano-calendário.
 - (B) a opção pelo Simples Nacional não implica aceitação do sistema de comunicação eletrônica, destinado a cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção, à exclusão do regime e a ações fiscais.
 - (C) poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se dediquem a atividades de gestão de ativos de terceiros (*asset management*).
 - (D) a existência de débito com exigibilidade suspensa com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS impede o recolhimento dos impostos e das contribuições na forma do Simples Nacional pela microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - (E) para efeito de determinação da alíquota nominal do Simples Nacional, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos seis meses anteriores ao do período de apuração.

43. Segundo prevê a Lei Municipal nº 4.994/1995, considere-se estabelecimento prestador o local:

- (A) da residência do contribuinte, sendo determinante para caracterizá-lo o uso da denominação “sede”, “filial” ou “agência”.
- (B) onde o tomador do serviço desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional.
- (C) onde seja encontrado o sujeito passivo.
- (D) mantido pelo contribuinte que utilize a denominação “sede”, “posto de atendimento”, “sucursal” ou “escritório de representação”.
- (E) onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional.

44. Assinale a alternativa que corresponde ao conceito de unidade orçamentária, segundo a Lei nº 4.320/1964:

- (A) o conjunto de órgãos que compõem a lei orçamentária anual tomados enquanto entidade unitária.
- (B) o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
- (C) princípio orçamentário ao qual corresponde a ideia de que o orçamento deverá englobar a totalidade das receitas e despesas do ente público na sua forma bruta.
- (D) o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins.
- (E) o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

CONTABILIDADE GERAL

45. Assinale a alternativa que contém uma das características qualitativas que melhoram a utilidade da informação contábil que é relevante e que é representada com fidedignidade, conforme normas brasileiras de contabilidade.

- (A) Verificabilidade.
- (B) Competência.
- (C) Compatibilidade.
- (D) Equidade.
- (E) Transparência.

Utilize do balancete de verificação obtido da contabilidade da Companhia XPTO Ltda. em 31 de dezembro de 2021 para responder às questões números 46 e 47.

Balancete contábil em 31/12/2021	
Descrição da conta contábil	Reais
Lucros a destinar	(50.000,00)
Outras despesas operacionais	2.000,00
Receitas de vendas	(1.200.000,00)
Bancos	30.000,00
Adiantamento a fornecedores	20.000,00
Empréstimos e financiamentos (LP)	(140.000,00)
Demais contas a receber	12.000,00
Fornecedores	(80.000,00)
Empréstimos e financiamentos	(80.000,00)
Provisão para devedores duvidosos	(44.000,00)
Impostos sobre vendas	174.000,00
Mútuos com ligadas	20.000,00
Estoques	120.000,00
Incentivos fiscais de LP	16.000,00
Provisões diversas	(16.000,00)
Investimentos	20.000,00
Impostos a recolher	(38.000,00)
Contas a pagar	(4.000,00)
Aplicações financeiras	100.000,00
IR e CSL a pagar	(22.000,00)
Contas a pagar de longo prazo	(4.000,00)
Despesas administrativas, tributárias e gerais	112.000,00
Ativos intangíveis	30.000,00
Contingências trabalhistas de LP	(46.000,00)
Devoluções de vendas	30.000,00
Ajustes patrimoniais	(30.000,00)
Caixa	2.000,00
CPV	700.000,00
Títulos a receber de LP	18.000,00
Despesas de vendas	48.000,00
Salários a pagar	(24.000,00)
Capital	(40.000,00)
Contas a receber de clientes	140.000,00
Imobilizado	240.000,00
Reservas de capital	(20.000,00)
Despesas financeiras	11.000,00
Imposto de renda e contribuição social correntes	41.000,00
Depreciação acumulada	(48.000,00)

46. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o valor do Capital Circulante Líquido – CCL, em Reais, da empresa em 31 de dezembro de 2021.

- (A) 98.000.
- (B) 116.000.
- (C) 222.000.
- (D) 264.000.
- (E) 380.000.

47. Assinale a alternativa que contém o valor, em Reais, do lucro líquido do exercício, em 31 de dezembro de 2021.

- (A) 230.000.
- (B) 165.000.
- (C) 123.000.
- (D) 91.000.
- (E) 82.000.

Com base nos dados apresentados a seguir, pede-se resposta às questões de números **48** e **49**.

José Maria V Contabilidade constituiu uma empresa no primeiro dia do mês de dezembro de 2021, com capital a integralizar de R\$ 1.000.000,00. Nesse mesmo mês, ocorreram alguns eventos, como segue:

- Em 18.12.21, ocorreu a integralização de parte do capital social no valor de R\$ 100.000,00, em dinheiro;
- Em 20.12.21, foram adquiridas mercadorias para revenda no valor de R\$ 45.000,00, a prazo, com vencimento para 15.01.22. Nesse valor está incluído ICMS recuperável, no montante de R\$ 8.100,00;
- Em 25.12.21, a empresa obteve um empréstimo bancário para capital de giro, no valor de R\$ 96.000,00, a ser pago em uma única parcela em após 48 meses. Os juros de R\$ 9.600,00 são prefixados e cobrados antecipados.
- Em 27.12.21, houve a aquisição financiada de um imóvel, que será utilizado como armazém. O imóvel recebido foi mensurado e reconhecido em R\$ 150.000,00. Desses, R\$ 50.000,00 são relativos ao terreno e R\$ 100.000,00 referem-se a edificação. O financiamento que terá um prazo para pagamento de 120 meses. O cálculo dos juros sobre o empréstimo bancário são pós-fixados e serão capitalizados mensalmente, ao final de cada mês do financiamento; portanto, não há cálculo de juros pró-rata, inicialmente;

48. Com base nos dados apresentados, no encerramento do balanço do mesmo ano, isto é, em 31.12.2021, é correto afirmar que o total do

- (A) passivo circulante é de R\$ 221.400,00.
- (B) passivo não circulante é de R\$ 60.000,00.
- (C) ativo circulante é de R\$ 231.400,00.
- (D) ativo não circulante é de R\$ 185.000,00.
- (E) patrimônio líquido é de R\$ 900.000,00.

49. O valor relativo ao financiamento bancário a ser apresentado no Passivo Circulante, em 31 de dezembro de 2021, é de:

- (A) R\$ 9.600,00.
- (B) R\$ 15.000,00.
- (C) R\$ 18.000,00.
- (D) R\$ 20.000,00.
- (E) R\$ 86.400,00.

50. Uma empresa decidiu atualizar sua contabilidade implementando as normas brasileiras de contabilidade, que por sua vez incluem as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, numa hipótese de reconhecer uma reavaliação do ativo imobilizado da empresa, a contrapartida do valor da reavaliação deverá ser reconhecida em:

- (A) reserva de reavaliação no resultado abrangente.
- (B) ajuste de reavaliação como conta redutora do ativo.
- (C) ajuste de avaliação patrimonial no PL.
- (D) ajuste do valor justo do ativo na demonstração do resultado.
- (E) reserva contingencial no PL.

